

ARQUITETURA DO GOLPISMO

Ex-presidente consultou AGU sobre 'alternativa jurídica' após derrota

Em conversa testemunhada pelo ex-chefe da FAB, Bruno Bianco respondeu que a eleição havia transcorrido de forma legal

MARIANA MUNIZ, EDUARDO GONÇALVES, DANIEL CULLINO, SARAH TROFEO E PAOLA SERRA
publica@oglobo.com.br

Um dos trechos do depoimento do ex-comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Baptista Júnior, à Polícia Federal revela que o ex-presidente Jair Bolsonaro consultou a Advocacia-Geral da União (AGU) sobre uma "alternativa jurídica" para contestar o resultado das eleições de 2022. A conversa, testemunhada pelo militar, ocorreu em uma reunião no Palácio da Alvorada no dia 1º de novembro de 2022, logo após o segundo turno do pleito presidencial em que Bolsonaro saiu derrotado pelo petista Luiz Inácio Lula da Silva.

"Bolsonaro perguntou ao AGU se haveria algum ato que poderia fazer contra o resultado das eleições", reatou Baptista Júnior na oitiva com os agentes. O então advogado-geral da União, Bruno Bianco, respon-

deu que as eleições haviam "transcorrido de forma legal" e que "não haveria alternativa jurídica para contestar o resultado".

Nessa mesma reunião, Baptista Júnior relatou que ele, o general Marco Antônio Freire Gomes, então comandante do Exército, e Bruno Bianco "expuseram" a Bolsonaro que "não tinha ocorrido fraudes nas eleições", "que todos os testes realizados (nas urnas) não constatarem qualquer irregularidade", acrescentou ele. Deste modo, o trio pediu a Bolsonaro que reconhecesse a derrota, com "o objetivo de acalmar o país".

MINUTOS DE RESIGNAÇÃO

Na visão do ex-comandante da Aeronáutica, Bolsonaro demonstrou então "resignação" com a derrota eleitoral, mas essa percepção mudou em 14 de novembro de 2022, quando foi apresentado ao ex-presidente um estudo do Instituto Voto Legal (IVL) que questionava a de-

sempenho das urnas eletrônicas. O IVL havia sido contratado pelo PL, partido do ex-mandatário, para monitorar as eleições. Baptista Júnior afirmou que, a partir daí, Bolsonaro "aparentou ter esperança em reverter o resultado".

O militar, no entanto, advertiu o então presidente que o referido estudo "não tinha embasamento técnico" e que o texto era um "sofisma". Segundo ele, Bolsonaro sabia que a Comissão de Fiscalização das Eleições, constituída pelas Forças Armadas, não identificara qualquer fraude na disputa eleitoral de 2022.

"Que então presidente da República tinha ciência de que a Comissão de Fiscalização não identificou qualquer fraude nas eleições de 2022, tanto no primeiro, quanto no segundo turno", afirmou o militar à PF.

Baptista Júnior disse, ainda, que "ouve que houve uma determinação para não divulgar o relatório de fisca-

lização do sistema eletrônico do primeiro turno de votação", mas que não "se recorda quem teria falado sobre o pedido para atrasar a divulgação do relatório".

O estudo do Voto Legal, por outro lado, serviu para embasar um pedido do PL ao Tribunal Superior Elei-

toral para anulação dos votos de cerca de 280 mil urnas eletrônicas usadas no segundo turno. Na época, o presidente da Corte, o ministro Alexandre de Moraes, não só não atendeu como multou o partido em R\$ 22,9 milhões por litigância de má-fé — quando



Ex-AGU Bruno Bianco foi procurado por Bolsonaro para saber se havia chance jurídica de barrar a posse de Lula

A POSIÇÃO DO AGU

BRUNO BIANCO expôs que as eleições transcorreram de forma legal, dentro dos aspectos jurídicos; QUE não haveria alternativa jurídica para contestar o resultado das eleições; QUE, em seguida, o então

EDITHA DE ATE

a Justiça é acionada de forma irresponsável.

O depoimento de Baptista Júnior é considerado um testemunho chave na investigação da Polícia Federal, que apura a articulação de um plano golpista para manter Bolsonaro no poder e impedir a posse de Lula.

Os relatos de Baptista Júnior corroboram as declarações do general Freire Gomes e do tenente coronel Mauro Cid, que era o chefe da Ajudância de Ordens de Bolsonaro.

O brigadeiro e o general falaram aos investigadores na condição de testemunhas, enquanto Cid prestou esclarecimentos após fechar um acordo de delação premiada com a PF.

MAIS DE 3.500 MÉDICOS CONTRATADOS

ESTAMOS FAZENDO MUITO PELA SAÚDE DO RIO. ESSE É UM TRABALHO QUE NÃO ACABA NUNCA.

PREFEITURA RIO
A SERVIÇO DE TODO CARIOCA